

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.458.861 - SP (2019/0053068-1)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE : **ADRIANA DINIZ PEQUENO DANTAS**
AGRAVANTE : **ALAN JOHN DINIZ DANTAS**
ADVOGADOS : **MARCELO RODRIGUES BARRETO JÚNIOR - SP213448**
: **RAFAEL HENRIQUE DE SOUZA - SP346085**
AGRAVADO : **BANCO DO BRASIL SA**
ADVOGADOS : **JORGE LUIZ REIS FERNANDES E OUTRO(S) - SP220917**
: **RAISSA LUIZA ANTUNES MONTORO - SP347590**
: **RICARDO LOPES GODOY - SP321781**

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

Da análise dos autos, constata-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial com base nestes fundamentos:

i) não demonstração da violação dos arts. 6º, I, II, III, IV, VI e VIII, 12, § 1º, 14 e 17, todos do CDC; 186 e 927, parágrafo único, ambos do CC/02;

ii) incidência da Súmula 7/STJ; e

iii) falta de comprovação do dissídio jurisprudencial.

Entretanto, a parte agravante, limitando-se a alegar de forma genérica a vulneração do art. 27, VIII, da Lei n. 5.250/67 e de normas constitucionais, não impugnou, de maneira consistente, a inaplicabilidade dos seguintes óbices: não demonstração da violação dos arts. 6º, I, II, III, IV, VI e VIII, 12, § 1º, 14 e 17, todos do CDC; 186 e 927, parágrafo único, ambos do CC/02, incidência da Súmula 7/STJ e falta de comprovação do dissídio jurisprudencial.

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, **NÃO CONHEÇO** do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que não foram arbitrados na instância de origem.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília(DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora

